

Turismo e Desenvolvimento em Comunidades Litorâneas do Nordeste Brasileiro: Os Casos de Canoa Quebrada, CE, e Maracajaú, RN.

Revista Rosa dos Ventos
Turismo e Hospitalidade
Dossiê – Competitividade das
Destinações Turísticas
7(4) 574-590, out-dez, 2015
© O(s) Autor(es) 2015
ISSN: 2178-9061
Associada ao:
Programa de Pós-Graduação em
Turismo e Hospitalidade
Hospedada em:
<http://ucs.br/revistarosadosventos>



*Débora Goes Urano¹, Angélique Cochand², Silvio Lima
Figueiredo³, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega⁴, Kerlei Enieli
Sonaglio⁵*

RESUMO

A relação entre turismo e desenvolvimento tem sido pautada pelos aspectos econômicos. No entanto, as discussões acerca da concepção de desenvolvimento mostram que esse processo vai muito além do crescimento econômico e se relaciona com a qualidade de vida da comunidade local. Dessa forma, busca-se neste trabalho⁶ compreender como a atividade turística intervém no processo de desenvolvimento das

¹**Débora Goes Urano** - Mestranda em Turismo. Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Currículo <http://lattes.cnpq.br/4108291017374423>. E-mail: debby104@hotmail.com

²**Angélique Cochand** - Mestranda em Turismo. Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Currículo <http://lattes.cnpq.br/9685110700771327>. E-mail: angelique.cochand@gmail.com

³**Silvio Lima Figueiredo** - Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Currículo <http://lattes.cnpq.br/2578700144404800>. E-mail: slima.figueiredo@uol.com.br

⁴**Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega** - Doutor. Professor e pesquisador do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Currículo <http://lattes.cnpq.br/0025142529544906>. E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

⁵**Kerlei Enieli Sonaglio** - Doutor. Professora e pesquisadora do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Currículo lattes.cnpq.br/1823313556538300. E-mail: kerlei@ufrnet.br

⁶ Versão inicial deste artigo foi apresentada no Seminário ANPTUR 2014, então com autoria reduzida a três autores, atendendo as regras do evento. A presente versão incorpora as alterações sugeridas a partir das discussões na ANPTUR e dos pareceristas desta Rosa dos Ventos

comunidades litorâneas do Nordeste brasileiro. Para tanto foi realizada uma análise das comunidades de Canoa Quebrada, CE e Maracajaú, RN através de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório descritivo, em uma abordagem qualitativa. O estudo mostrou que as duas comunidades se encontram em momentos diferentes de desenvolvimento. Enquanto Canoa Quebrada sofreu profundas transformações em seu espaço devido à atividade turística, gerando diversos conflitos e problemas, Maracajaú encontra-se em um estado inicial do seu desenvolvimento, porém demonstrando excluir a comunidade local do processo turístico, já que a dinâmica do turismo neste espaço tem sido exercida por meio de iniciativas privadas exógenas.

Palavras-clave: Turismo. Desenvolvimento. Comunidades Litorâneas. Canoa Quebrada, Ceará. Maracajaú, Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

Tourism and Development in Coastal Cities in the Northeast of Brazil: The Cases of Canoa Quebrada, Ceará and Maracajaú, Rio Grande do Norte, Brazil - Discussions about tourism and development have been related to the economic aspects, not including the quality of life conceptions, in the local community. This paper seeks to establish a dialogue between the different theories of development and tourism to carry out a study in the Canoa Quebrada and Maracajaú communities. Data collection, in an exploratory and descriptive way, included a literature review and the analysis of the development process of tourism in the coastal communities of northeast of Brazil. The study demonstrates that both communities are currently in different stages of development. While Canoa Quebrada has suffered profound transformations due to tourism, which has generated conflicts and problems, Maracajaú remains in the initial stages of development whereby tourism activities, carried out by exogenous private initiatives, use community spaces but exclude the community.

Keywords: Tourism. Development. Coastal Communities. Canoa Quebrada, CE, Brazil. Maracajaú, RN, Brazil.

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, as praias do litoral passaram a ser utilizadas nas sociedades ocidentais; médicos do período indicavam a prática dos banhos de mar como terapêutica. Posteriormente, os banhos do mar foram fortemente relacionados ao lazer, pela interação social possibilitada nesses espaços. Já os balneários foram sendo criados em um processo lento de valorização do espaço litorâneo, antes território de marujos, pescadores e piratas (Corbin, 1989). Hoje, essas características consolidam, no Ocidente, a ideia da praia onde descanso, lazer e férias são palavras que surgem automaticamente quando o assunto é sol, mar, areia – ou seja, praia, – tendo como consequência a associação das regiões litorâneas ao descanso e ao prazer. Essas circunstâncias, juntamente com as facilidades de comércio e trocas, do uso de recursos naturais e de mobilidades, levaram a uma intensa ocupação do litoral, o que resultou em transformações significativas dessas regiões, no Brasil e no exterior.

O turismo, por ter na sua conceituação e nas suas diversas práticas, aspectos relacionados ao descanso e ao lazer, tem presença intensa nas faixas litorâneas e com isso, produz impactos significativos no desenvolvimento das localidades. Entretanto, a relação entre desenvolvimento e turismo vem sendo pautada, principalmente, pelo aspecto econômico que a atividade é de promover nas localidades, em termos de benefícios financeiros, de emprego, renda e divisas. Por outro lado, há teorias sobre desenvolvimento que o estudam por outras

perspectivas, indo além do crescimento econômico, como por exemplo, as teorias do Desenvolvimento Humano, do Ecodesenvolvimento e do Desenvolvimento Local. Dessa forma, tratar de turismo e desenvolvimento requer um aprofundamento de tais teorizações, para ampliar a compreensão do desenvolvimento turístico e de seus efeitos.

O presente estudo centra-se no buscar compreender como a atividade turística intervém no processo de desenvolvimento das comunidades litorâneas do Nordeste brasileiro, incentivando o debate sobre o turismo como alternativa de desenvolvimento local. Assim, tem-se um estudo teórico de caráter exploratório, por proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e ou construir hipóteses. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as teorias de desenvolvimento tendo como base Moreira & Crespo (2012), Sen (2000), Sachs (1993) e Martins (2002). Além disso, explicita-se o processo histórico de desenvolvimento do litoral nordestino brasileiro, no intuito de apresentar elementos que adensem o debate proposto.

A compreensão dos aspectos principais da pesquisa se deu a partir de análise comparativa entre o processo de desenvolvimento de duas comunidades litorâneas que sofreram uma intensa intervenção do turismo: Canoa Quebrada, localizada no litoral leste do Estado do Ceará, e Maracajaú, no litoral norte do Estado do Rio Grande do Norte. O método comparativo busca a explicação de fenômenos por meio de comparações entre casos, contrastando contextos, verificando semelhanças e explicando divergências em um processo investigativo comparativo (Vidal, 2013), com identificação de homologias baseadas principalmente na relação entre comunidades e turismo. A análise realizou-se por meio de uma abordagem qualitativa, que busca “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (Richardson, 1989, p. 39).

O artigo apresenta-se em três partes. Na primeira, estabeleceu-se a discussão das teorias de desenvolvimento e como estas se relacionam com o turismo. Em seguida, fez-se um apanhado histórico sobre o processo de desenvolvimento do litoral do Nordeste brasileiro e como o turismo contribui para este desenvolvimento. Por último, apresenta-se a análise do processo de desenvolvimento das comunidades litorâneas de Canoa Quebrada, no Ceará, e Maracajaú, no Rio Grande do Norte.

DESENVOLVIMENTO E TURISMO

O turismo é compreendido nas dimensões sociais e econômicas, como mecanismo que proporciona o desenvolvimento de regiões e localidades, principalmente no que diz respeito a países periféricos. No entanto, para que se possa analisar essa relação entre desenvolvimento e turismo, torna-se necessário, primeiramente, algumas reflexões acerca das concepções de desenvolvimento, visto haver abordagens controversas a esse respeito. Inicialmente, as questões sobre o desenvolvimento foram pautadas no crescimento econômico e na diminuição das desigualdades entre as nações, em termos de renda *per capita* e do Produto Interno Bruto [PIB]. Surgiram, então, diversas teorias que buscavam explicar e solucionar as disparidades. Moreira e Crespo (2012) definem quatro campos teóricos centrais para agrupar tais teorias: as teorias da modernização; as teorias da dependência; a teoria do sistema-mundo; e, a contrarrevolução neoclássica.

As teorias da modernização defendem que o crescimento econômico se dá pela superação de barreiras internas, como por exemplo, aquelas relacionadas à acumulação de capital pela indústria, enfatizando o percurso a ser seguido pelas regiões pré-industriais, para que definam estratégias de aproximação da renda *per capita* das regiões ou países industrializados. Em meados dos anos de 1960, surgem teorias que apontam a dominação econômica pelos países industrializados, ao invés dos fatores internos, como principal aspecto impeditivo para o desenvolvimento. Já na década de 1970, emergem algumas teorias críticas às teorias de modernização e da dependência. Estas defendem a possibilidade de mobilidade vertical das economias, dependendo das dinâmicas de acumulação de capital a nível mundial e das contingências e posicionamentos históricos dos diferentes países (Moreira & Crespo, 2012). Os mesmos autores apontam, também, para a chamada contrarrevolução neoclássica, que se centra na relação Estado-Mercado no desenvolvimento das nações, fazendo uma crítica ao ativismo estatal. Os autores afirmam, ainda, que o subdesenvolvimento tinha sua causa em problemas internos devido à excessiva intervenção do Estado e às políticas econômicas não adequadas.

Essa noção de desenvolvimento pautada no crescimento econômico acabou se tornando limitada mediante a complexidade e multiplicidade desse fenômeno, o que levou ao surgimento de novas abordagens que trouxeram novos aspectos para a compreensão de desenvolvimento (Moreira & Crespo, 2012). Dentre as novas abordagens surge a noção de desenvolvimento como liberdade (Sen, 2000), que defende que uma concepção apropriada para o mesmo vai muito além da ideia de crescimento econômico e deve estar relacionada com a melhoria de vida dos indivíduos, assim como as liberdades que os mesmos desfrutam. Para que o mesmo ocorra é necessário eliminar as fontes de privação de liberdade.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2000, p.18).

Nessa perspectiva libertária, o desenvolvimento deve ser visto “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 2000, p.52), centrado no agente [indivíduo que age e ocasiona mudança] e na sua capacidade de transformar e moldar seu próprio destino. O autor considera, dentre outras, cinco liberdades instrumentais que contribuem para que as pessoas vivam de forma mais livre: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Essas liberdades instrumentais se interrelacionam e se complementam. O processo de desenvolvimento é profundamente influenciado por estas interligações.

Outra concepção de desenvolvimento, surgida na década de 1970, foi a do ecodesenvolvimento, que vê o desenvolvimento e o meio ambiente como intrinsecamente conectados, com três aspectos fundamentais: a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica. O conceito surgiu em 1972, na Conferência de Estocolmo, no período em que as questões ambientais emergiram com mais intensidade e a relação desenvolvimento / meio ambiente começava a ser discutida.

De Founex a Estocolmo e ao Relatório Brundtland tem-se a necessidade de maior crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente transformados, atendendo às

necessidades das pessoas buscando uma distribuição mais justa da renda, a conservação dos recursos e enfatizando técnicas limpas de produção (Sachs, 1993, p.21).

A concepção de ecodesenvolvimento, que posteriormente influenciou a ideia de desenvolvimento sustentável, busca um caminho intermediário entre o crescimento econômico necessário para a redução da pobreza, principalmente no Leste e no Sul, e a reversão do declínio ambiental, por meio da gestão racional dos recursos. Sachs (1993) aponta, então, cinco dimensões de sustentabilidade que devem ser consideradas simultaneamente, quando se planeja o desenvolvimento: sustentabilidade social, que busca a equidade na distribuição de renda, reduzindo a desigualdades sociais; sustentabilidade econômica, por meio de uma gestão mais eficiente dos recursos e fluxos regulares de investimentos públicos e privados; a sustentabilidade ecológica, na qual devem ser observados, entre outros aspectos, o aumento da capacidade de carga do planeta, limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos naturais, além da redução do volume de resíduos e de poluição; sustentabilidade espacial, a qual se refere a uma melhor e mais equilibrada distribuição territorial rural e urbana; por fim, a sustentabilidade cultural, baseada no respeito às especificidades de cada cultura, de cada ecossistema e de cada local.

Ainda, como resposta ao desenvolvimento baseado na modernização e crescimento econômico das nações, surge o conceito de desenvolvimento local, baseado em teorias territorialistas, que percebem uma diversidade de territórios existentes em âmbito infranacional. Estes diversos territórios necessitam de formas de desenvolvimento que atendam às necessidades de cada local, a partir das suas especificidades (Moreira & Crespo, 2012). Nessa perspectiva, um dos principais aspectos do desenvolvimento local é o envolvimento da população, tendo em vista que o mesmo ocorre por meio de uma construção coletiva da comunidade, a qual irá orientar os rumos a serem seguidos: “O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento” (Martins, 2002, p.52).

O desenvolvimento local implica, portanto, em uma postura participativa da população. É através de uma efetiva participação popular que a comunidade poderá conduzir o processo de desenvolvimento, de forma democrática e com protagonismo dos atores, a fim de atender as necessidades coletivas. Outro aspecto importante é o da valorização dos recursos locais. Apesar dessa concepção de desenvolvimento não ter um caráter autossuficiente, o mesmo busca a superação das carências através dos recursos disponíveis no seu território por meio da “identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar” (Martins, 2002, p.53).

A partir dessas novas abordagens percebe-se a importância da participação da população, sendo esta, condição para que ocorra um desenvolvimento para além do crescimento econômico. Por isso, para firmar uma relação entre turismo e desenvolvimento é necessária uma visão centrada na comunidade como agente transformador, ou seja, que participe ativamente nas decisões e ações referentes aos caminhos a serem seguidos com a implantação do turismo. É necessário, também, que haja uma valorização dos recursos locais, que compreenda tanto a preservação dos ambientes naturais e culturais, quanto à promoção das capacidades locais para a atividade turística. Percebe-se que o turismo precisa se relacionar com o meio ambiente e a cultura para sua [re]produção, porém estes

dois pontos não dependem da atividade para sobreviver. Por existir essa relação de dependência do fenômeno com outros elementos, a atividade precisa atender às especificidades do local para que este não seja degradado e, conseqüentemente, chegar ao seu declínio:

[...] os valores são parte essencial do planejamento turístico. O planejamento serve para auxiliar a determinar quem perde ou ganha no processo de desenvolvimento turístico, além de ajudar a contribuir para formas mais sustentáveis de turismo nas quais se vê o equilíbrio das metas econômicas, ambientais e sociais e que geram resultados mais justos às partes interessadas, o que significa não apenas os incorporadores, o setor turístico e o turista, mas também a comunidade maior cujo destino está sendo consumido (Hall, 2004, p. 35).

Portanto, o turismo se bem planejado, pode trazer benefícios, amenizar impactos negativos no destino e conseguir desenvolver-se atendendo interesses dos atores envolvidos diretamente e indiretamente no processo de produção.

TURISMO EM COMUNIDADES LITORÂNEAS

Quando se mencionam as comunidades litorâneas, faz-se importante destacar as tradicionais, visto que esses locais, excetuando as cidades metrópoles litorâneas, são compostos basicamente por comunidades tradicionais que sofreram modificações (ou ainda as sofrerão no futuro). Tais modificações podem estar relacionadas diretamente com o turismo ou com outras atividades econômicas presentes no local, ou ainda, com o processo de industrialização e/ou urbanização das cidades.

As comunidades tradicionais são aquelas que mantêm o modo de vida tradicional, que não sofreram modificações culturais significativas e revelam costumes bem característicos que são passados dos pais para os filhos ao longo dos anos. Algumas características representam as comunidades tradicionais, como por exemplo: a relação simbiótica com a natureza, pautando seu modo de vida; o conhecimento e manejo dos recursos naturais; ocupação do território por várias gerações e uma específica noção de 'território'; reduzida acumulação do capital e atividades de subsistência, mesmo com relações com o mercado; importância dada à unidade familiar e às simbologias relacionadas à caça, pesca e atividades extrativistas. Além disso, a autoafirmação também indica quem se considera comunidade tradicional (Diegues, 1994).

Poucas são as comunidades que conseguem resistir às influências externas, ou melhor, às influências do sistema capitalista que requer consumo constante. Portanto, é difícil atualmente encontrar comunidades tradicionais imunes aos elementos ditos modernos, resultados da própria globalização. Esses processos interferem primeiramente na cultura da comunidade em questão, no seu modo de vida e costumes e reconfiguram o conceito de comunidade tradicional no campo do hibridismo e da interculturalidade (Canclini, 2007). Além da cultura, geralmente existe um modo de produção específico nessas comunidades, que afeta diretamente a economia do local. Na medida em que o desenvolvimento tecnológico se expande, essas populações são afetadas e sentem-se pressionadas a se adaptarem para se encaixar na sociedade globalizada. Vale lembrar que dentro dessas comunidades tradicionais, tem-se, por exemplo, aldeias de índios, comunidades de pescadores, agricultores, dentre outras.

O turismo de sol e mar é uma das principais atividades que se aloca em comunidades pesqueiras, especialmente devido às paisagens que estas localidades possuem e,

geralmente, quando o turismo começa a se desenvolver nas vilas de pescadores, uma das primeiras iniciativas dos residentes é a de alugar suas casas para hospedagem, já que é um meio de incrementar o orçamento familiar de modo imediato. Muitas vezes, a população local aluga suas casas durante a alta temporada e se dirigem para localidades distantes ou ficam em quartos pequenos próximos a própria casa. Santos e Arantes (2010) dizem que, “é como se um novo espaço começasse a emergir com a chegada do verão: a vila de pescadores transforma-se em espaço turístico” (p.14). Para reforçar, Diegues (1994) em seu estudo no Estado da Bahia afirma que:

Em sua última estada na comunidade, em 1980, a situação tinha se transformado ainda mais, sobretudo pela abertura de uma estrada asfaltada ligando Arambepe a Salvador. Com ela, o turismo se intensificou ainda mais e se transformou na atividade mais importante na comunidade. Nesse ano, o número de pescadores tinha se reduzido a metade em relação a 1973 e a atividade tinha sofrido grandes transformações, com a introdução da pesca empresarial-capitalista, que usava, sobretudo, a força-de-trabalho migrante, exterior à comunidade. Inúmeras famílias passaram a viver de serviços a turistas (aluguel de casas, embarcações) (p. 365).

Este relato retrata bem como o turismo muda o contexto de uma comunidade, em especial das vilas de pescadores que têm uma cultura que difere bastante do modelo tecnológico do turismo. Todavia, sabe-se que estas comunidades conseguem manejar as atividades turísticas mais adequadamente, pois conhecem de forma abrangente e aprofundada o ‘lugar’ e este fator as coloca em situação de vantagem em relação aos gestores do turismo que, via de regra, ignoram os saberes locais, por focados na gestão imobiliária e empresarial do turismo. Muitas comunidades pesqueiras compõem o litoral nordestino brasileiro, que é caracterizado por uma faixa litorânea de 2.500 km de extensão e uma variedade significativa de atrativos naturais e culturais, altas temperaturas e muitos dias de sol por ano (Fonseca, 2005). Para entender melhor o panorama atual do litoral Nordeste brasileiro, faz-se necessário um breve descritivo histórico do processo de ocupação turística que inicia em 1960.

No final dos anos 1960, a busca do litoral para a construção de segundas residências acarretou um processo de transformações ao longo da costa brasileira. Nesse período foram construídos vários loteamentos e condomínios fechados pela iniciativa privada que levou a uma nova configuração na orla marítima (Dantas, 2003). Até o final da década de 1970, a atividade turística no Nordeste brasileiro se concentrava nas capitais e os espaços entre elas eram ocupados por vastas áreas naturais, fazendas, antigos povoados e pequenos núcleos urbanos tradicionais. A partir da década de 1980, o turismo passa a ser visto como alternativa econômica possibilitando a minimização das disparidades regionais e promovendo o desenvolvimento local (Fonseca, 2005). Intensifica-se, então, a atividade turística, tendo ainda como foco as capitais e os espaços em seu entorno, onde se concentravam a infraestrutura viária e turística (Araújo & Moura, 2007).

A partir da década de 1990, busca-se a expansão do turismo, sendo criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste [Prodetur-NE], para prover a região de infraestrutura básica e atrair investimentos privados. O Prodetur-NE foi implementado por meio de financiamentos internacionais, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID], que definia critérios específicos para a condução da atividade. Dessa forma, suprimia-se a autonomia e a liberdade tanto do poder público quanto da comunidade local como aponta Fonseca (2005):

A aprovação do financiamento do PRODETUR/NE, por exemplo, esteve atrelada aos critérios adotados pelo BID. Essa é, aliás, uma das formas pelas quais as instituições globais podem definir conteúdos ou características assumidas pelo espaço de âmbito local, no contexto da globalização (p.74).

Nesse momento, inicia-se uma internacionalização da região, através da submissão de áreas estratégicas do litoral cuja organização espacial é ditada mais intensamente de acordo com interesses exógenos. Esse processo pode ser caracterizado pela implantação de grandes empreendimentos hoteleiros como o Complexo Sauípe (BA) (Araújo & Moura, 2007). Os autores apontam, ainda, outra forma de internacionalização do litoral nordestino, através da apropriação dos espaços por estrangeiros (principalmente europeus), que compram casas e terrenos para veraneio, hotéis, pousadas e restaurantes. Ressalta-se, no entanto, que essa ocupação exógena não ocorre somente por estrangeiros, mas também por pessoas vindas de outras regiões do Brasil, principalmente os oriundos do Sul e Sudeste. Esse tipo de ocupação, muitas vezes, ocasiona o afastamento da população da sua localidade origem e anula sua capacidade e competência endógena para o exercício do desenvolvimento sustentável.

A ocupação das áreas costeiras tem penalizado essas populações, seja pela restrição de acesso aos recursos naturais e a terra, seja pela dificuldade de inclusão dessas populações de forma significativa nas atividades turísticas emergentes (Araújo & Moura, 2007, p.102).

Dessa forma, a região litorânea do Nordeste brasileiro se tornou alvo de uma intensa urbanização nas últimas décadas. Inicialmente pelo movimento de segundas residências e, posteriormente, com o advento do turismo, apontado como solução para a diminuição das disparidades entre as regiões do Brasil. No entanto, esse 'desenvolvimento' por meio do turismo pode gerar mais desigualdades e pode, ainda, segregar as populações para outros espaços caso não sejam observados, por exemplo, elementos de sustentabilidade, participação, endogenia e autodeterminação frente aos processos globais do capital (Azevedo *et al*, 2013).

Deste modo de condução do turismo pode decorrer o afastamento da comunidade local que passa a assistir as transformações no uso e ocupação do espaço comunitário, sem participar efetivamente das decisões e ações referentes à estruturação e dinamização da atividade turística na localidade. No que diz respeito à gama de implicações decorrentes do turismo em espaços comunitários, sabe-se, por exemplo, que as comunidades podem tanto contribuir no desenvolvimento sustentável do destino, como também podem protagonizar diversos conflitos durante o seu envolvimento no turismo. Tanto uma via como outra, dependerá de como estiver ocorrendo a sua participação no processo de turistificação da localidade.

Na formação dos centros turísticos, a população nativa é frequentemente afastada de seu local de moradia e atividade de origem. Isto se dá das mais diversas formas, seja fisicamente, vendendo sua terra e deslocando-se para outro lugar, seja participando informal e marginalmente da economia, seja menosprezando seus próprios valores culturais e submetendo-se aos novos, trazidos pelos turistas (Mendonça, 2001, p. 22).

É necessário que a comunidade seja inserida na atividade turística de modo que esta participe de todo o processo, desde o planejamento à execução, visto que as comunidades conhecem melhor as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar os parâmetros da sustentabilidade da atividade turística (Mendonça, 2001). O turismo, muitas vezes, é planejado sem levar em consideração a comunidade no processo ou até mesmo no próprio desenvolvimento da atividade. Ela torna-se

invisível ou então figura como pano de fundo no formato 'industrializado' e de massa, servindo como atrativo estático no compósito do produto turístico comercializado pelos gestores do turismo.

OS CASOS DE CANOA QUEBRADA/CE E MARACAJAÚ/RN

Canoa Quebrada, CE, e Maracajaú, RN, (Mapa 1) localizam-se no Nordeste brasileiro e possuem características marcantes em seu processo de desenvolvimento. São comunidades que receberam influência significativa do processo especulativo do turismo que resultou na transformação tanto espacial como dos modos locais de vida. Em ambos os casos, o turismo apresentou-se como uma alternativa de incremento na renda dos residentes, mas findou com a segregação social da participação local e a amplificação da presença estrangeira no controle decisório e dinâmico das atividades turísticas.

Mapa 1: Canoa Quebrada (CE) e Maracajaú (RN), região Nordeste do Brasil



Fonte: LAENA - Laboratório de Análises Espaciais – NAEA/UFPa, 2015.

Canoa Quebrada, CE – A Localidade fica na área litorânea do município de Aracati, Litoral Leste do Estado do Ceará, a 165 km da capital, Fortaleza. Situa-se em uma superfície plana entre dunas e falésias que ultrapassam 30 metros de altura. Segundo Siqueira (2013), o povoamento dessa localidade teve seu início na faixa de praia localizada abaixo das falésias. A partir do século XX, com o avanço do mar, a comunidade foi forçada a transferir suas residências para cima das falésias. Atualmente, à beira-mar, predominam as barracas comerciais que atendem ao fluxo de visitantes. Até a década de 1970, o povoado era

caracterizado pela atividade de pesca e produção da ‘renda de labirinto’⁷ e dependia economicamente da sede, pois a produção de artesanato e o excedente da pesca eram vendidos na cidade, além da aquisição de produtos não produzidos na localidade (Dantas, 2003). A partir dessa década, no entanto, a comunidade de Canoa Quebrada tem sua urbanização impulsionada devido ao desenvolvimento do turismo. De acordo com Siqueira (2013), este processo ocorreu em três momentos.

O primeiro momento inicia-se no final da década de 1970 e é caracterizado pela descoberta da comunidade por jovens viajantes [turistas alocêntricos]. Surgem, assim, as primeiras iniciativas de acolhimento dos turistas que ocorriam nas residências dos próprios pescadores, os quais ofereciam hospedagem e as refeições diárias. Dantas (2003) observa que com o aumento do número de visitantes e o interesse de pessoas vindas de outras localidades, há uma valorização da terra como fator de acumulação, que levou a um intenso processo de especulação imobiliária. Nesse sentido, a terra deixa de ter um valor exclusivamente de uso para ter um valor de troca e ser disputada pelos seus próprios moradores. Além desta disputa interna ocorrem também conflitos externos com pessoas que tentaram se apropriar de espaços de Canoa Quebrada através de usucapião, o que ocasionou vários conflitos e revolta da população local (Dantas, 2003). Durante esse período ocorre a construção dos primeiros estabelecimentos de hospedagem e alimentação para recepção de turistas.

O segundo momento ocorre na década de 1990 e é marcado pela consolidação do destino, pelo aumento do fluxo de turistas, pelo crescimento no número de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas e melhorias em infraestrutura básica. O investimento do setor público em infraestrutura como energia elétrica [instalada em 1989], água encanada e a construção da estrada de acesso, estimulou a instalação de empreendimentos privados, criando condições para a expansão da atividade turística. Assim, surgem vários empreendedores, tanto provenientes de outros estados brasileiros como de países como Itália, Holanda e Espanha. O processo de especulação imobiliária e as construções desordenadas de segundas residências e novos empreendimentos turísticos se intensificam, ocupando o espaço da comunidade de Canoa Quebrada, causando diversos impactos, tanto sociais quanto econômicos e ambientais.

Apesar do crescimento, a distribuição espacial da riqueza não foi a mesma, a maior parte da população de Canoa viu a economia se dinamizar e assistiu a profundas transformações em seu território, sem que fosse beneficiada com ganhos financeiros e melhores condições de vida. Ao contrário, presencia-se na comunidade uma favelização em decorrência da falta de políticas públicas, observando-se pelas ruas desordenadas, a falta de saneamento básico, que redundava na acumulação de entulhos e lixo, entre outros problemas relacionados ao crescimento do território turístico (Siqueira, 2013, p. 113).

Em 1998 é criada a Área de Proteção Ambiental [APA] de Canoa Quebrada, conforme a Lei 40/98 como forma de mitigar os problemas ambientais resultantes do desordenamento espacial (Lima & Esmeraldo, 2011). A APA compreende atualmente um trecho da faixa litorânea do Município de Aracati, incluindo falésias, dunas móveis e fixas, mangue, mananciais e lagoas, além dos povoados de Canoa Quebrada, Estêvão, Canavieira, Cumbe e Beirada. Souza e Silva (2010) ressaltam que a criação desta unidade de conservação, no

⁷ Renda de labirinto - Espécie de renda com produção coletiva, feita a partir do desfilamento do tecido. É considerada uma das rendas mais demoradas e difíceis de confeccionar e, por suas características, recebe o nome ‘labirinto’. As rendeiras se denominam como ‘labirinteiras’.

entanto, não conseguiu barrar os problemas ambientais e espaciais da comunidade, que continuam a ocorrer devido ao constante e intenso crescimento do local.

A partir do ano 2000, inicia-se o terceiro momento, marcado pelo surgimento de novos hotéis, pousadas, bares e restaurantes com construções mais modernas. Em 2002 é executado um projeto de requalificação de Canoa Quebrada, que estabelece uma profunda transformação socioespacial na comunidade. O projeto contou com a instalação de infraestrutura básica como saneamento, energia elétrica, pavimentação das principais vias de acesso, estacionamento para ônibus de turismo, construção de um polo de lazer e tratamento paisagístico da Praça Dragão do Mar (Lima & Esmeraldo, 2011). Assim, Canoa Quebrada deixa de ser uma pequena vila de pescadores, para se tornar um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará. O incremento da atividade turística trouxe recursos e melhoria na infraestrutura do local como água tratada, pavimentação de algumas ruas, construção de espaços de lazer, além do aumento do poder de compra e da capacidade laboral (Lima & Esmeraldo, 2011). As figuras 1 e 2 mostram a transformação ocorrida na rua principal de Canoa Quebrada [conhecida como Broadway] com o projeto de requalificação.

Figura 1: Broadway antes do projeto de requalificação



Fonte: Dantas, 2007.

Figura 2: Broadway depois do projeto de requalificação



Fonte: Siqueira, 2013

Entretanto, durante as últimas quatro décadas a comunidade de Canoa Quebrada assistiu a uma intensa entrada de investimentos privados externos, o que levou a uma forte especulação imobiliária e ao surgimento de diversos conflitos com a população local, resultando na perda do seu território. As principais pousadas, restaurantes e habitações são propriedades de pessoas de outros estados e países. As atividades tradicionais perderam lugar para as ocupações ligadas ao turismo, havendo uma perda da valorização da cultura local (Lima & Esmeraldo, 2011). Além disso, a expansão de construções irregulares e uma ocupação espacial desordenada ocasionaram diversos problemas ambientais (de ordem natural e urbana) como o desmonte de falésias, terraplenagem de dunas, impermeabilização do solo, contaminação do lençol freático; além de congestionamento, poluição sonora e visual, entre outros (Dantas, 2007). A urbanização e crescimento espacial ocorrido nas últimas quatro décadas, com a ocupação em dunas e falésias, pode ser observado nas Figuras 3 e 4:

Figura 3: Foto aérea de Canoa (1986)

Figura 4: Foto aérea de Canoa (2013)



Fonte: Dantas, 2007

Fonte: Siqueira, 2013

Nesse sentido, apesar dos benefícios econômicos e estruturais, a expansão da atividade turística não refletiu, efetivamente, na valorização dos recursos locais e nem na ampliação das capacidades, competências e liberdades da população local.

Maracajaú, RN - A comunidade de Maracajaú está localizada no município de Maxaranguape, no Estado do Rio Grande do Norte, a 54 km da capital Natal, tendo aproximadamente 2.000 habitantes (mapa 1). Maracajaú era conhecida também como Vila dos Pescadores e tinha como base econômica principal a pesca, até o advento do turismo. Paiva (1997), em seu estudo de caráter histórico sobre a comunidade de Maracajaú, afirma que “a atividade pesqueira tem, pois, uma função vital na história econômica e sociocultural da vila, sendo por isso o fator primordial na sua transformação” (p. 10). Maracajaú é, portanto, uma vila de pescadores dotada de modos de vida próprios, cujas principais atividades econômicas desenvolvidas atualmente são o turismo e a pesca artesanal (Silva, Ferreira & Amaral, 2009).

Para melhor entendimento, durante muitos anos a principal fonte de renda da população de Maracajaú foi a pesca, com uma abundância de peixes que permitia suprir as necessidades de seus moradores. Os horários de pesca eram bem estabelecidos e os pescadores passavam horas no mar, geralmente satisfeitos com os resultados de seus esforços. Porém, ao longo dos anos, percebeu-se que algumas espécies de pescado entraram em extinção e, em consequência, entraram em vigor restrições e/ou proibições relativos à pesca de diversos tipos de peixes. Percebeu-se a necessidade de conservação

do local, levando ao controle do seu uso. Então, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente [IDEMA] criou a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais do Rio Grande do Norte [APARC-RN], por meio do Decreto Estadual nº 15.476, de 6 de junho 2001, com o objetivo de preservar os corais ali existentes.

A APARC abrange três *parrachos* (nome popular na comunidade para designar a formação de corais e suas piscinas naturais) que são bastante sensíveis à ação humana e constituem-se nas principais atrações da região: Cioba, Maracajaú e Rio do Fogo. O destaque turístico se dá ao *parracho* de Maracajaú, pois possui aproximadamente nove quilômetros de comprimento e três quilômetros de largura. Após a criação da APA, a vida da comunidade sofreu transformações impactantes em seu estilo de vida, pois a pesca passou a não suprir mais as suas necessidades financeiras básicas, levando-os a procurar outras fontes de renda.

Pouco antes de essa conjuntura mudar, em 1999, inaugurou-se na região o Manoa Park, um parque temático aquático que atrai diversos visitantes para a região. Além desse parque, empresas exógenas se instalaram na região para operacionalizar mergulhos nos *parrachos*, para observação dos corais, o que se constitui na atividade turística mais intensa da região. Maracajaú (fig. 3) é conhecida pelas belezas que os mergulhos trazem aos olhos dos seus visitantes e, atualmente, seis empresas e a Colônia dos Pescadores de Maracajaú têm autorização para desenvolver o mergulho turístico recreativo e de lazer nos Parrachos (Silva, Ferreira & Amaral, 2009). Hoje, o turismo por meio do parque e da prática dos mergulhos nos *parrachos* são as duas atividades que se consubstanciam na principal fonte de renda da localidade.

Figura 3: Praia de Maracajaú



Fonte: Cochand, 2011.

A partir das observações *in loco*, relatos da população e publicações de Silva & Amaral (2009), sabe-se que a atividade turística ali desenvolvida é operada, principalmente, por empresas privadas exógenas que mantém pouco contato com a comunidade local. A comunidade, por sua vez, obtém pouco retorno financeiro com a vinda de visitantes, já que os clientes dessas empresas não chegam a visitar a comunidade na sua estada em

Maracajaú. Mesmo no caso do parque temático aquático presente na região, o retorno e participação da comunidade são estreitos, já que suas vias de acesso não passam pela Vila de Pescadores e as estadas no empreendimento não ultrapassam o período diurno. Assim, Maracajaú constitui-se em um destino de passagem, no Rio Grande do Norte, onde os turistas são levados de Natal para o local com intuito de aproveitar um dia de mergulho ou para diversão no parque aquático.

Figura 4: Embarcações na Praia de Maracajaú



Fonte: Cochand (2011).

A comunidade, após perceber no fluxo turístico a oportunidade de complementar sua renda, começou a demonstrar interesse em envolver-se na atividade turística. Diante disso, após alguns entraves com o órgão gestor da APARC-RN, os pescadores conseguiram cotas para trasladar os turistas em suas jangadas e embarcações (fig. 4), todavia, sofrem com a concorrência das empresas externas já consolidadas e articuladas com as operadoras que dinamizam o fluxo turístico em Natal.

A fim de tentar resolver as questões que vem enfrentando para se estabelecer no cenário turístico da região, a comunidade organizou em 18 de julho de 2010, a Associação de Turismo de Base Comunitária de Maracajaú [ATBCM], composta por Coordenação Executiva; Coordenação Financeira e Secretaria Geral, que visa reforçar a participação comunitária no turismo. De acordo com seu estatuto (2010), as finalidades da Associação são:

Promover o turismo de base comunitária; Promover a defesa do meio ambiente, do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; Promover o desenvolvimento local; Promover a cultura, a arte, o esporte e o lazer; Representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, quando expressamente autorizados.

Porém, a Associação vem enfrentando uma série de obstáculos, tanto do setor público como do privado, principalmente de ordem mercadológica e normativa, com dificuldade de competir com as empresas externas e com dificuldades em se adequar às normas de guiamento e segurança.

Finalmente, percebe-se que a implementação da atividade turística em Maracajaú não trouxe benefícios expressivos para a comunidade como um todo, pois se observou em

campo que a maioria das empresas que atuam na comunidade tem como principal objetivo a exploração turística dos recifes de corais, o que limita parte expressiva dos recursos advindos do turismo às empresas ligadas aos serviços marítimos, ou seja, que comercializam os passeios nos *parrachos*. Maracajaú serve apenas como um local de apoio para os estabelecimentos das empresas que realizam os mergulhos, não havendo benefícios significativos para a localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do litoral nordestino está fortemente atrelada ao movimento de segundas residências e a expansão da atividade turística, centrados em investimentos privados nacionais e internacionais e por uma intensa especulação imobiliária. Esse processo acabou deixando à margem do desenvolvimento as comunidades locais, que sem participarem das decisões e ações acerca dos caminhos dessas transformações, tiveram suas capacidades e competências anuladas, tendo que se adaptar a novos usos e ocupação de seu espaço e assumir os problemas de natureza ambientais, sociais e culturais. As duas localidades apresentadas no estudo, apesar de serem comunidades pesqueiras, vivem realidades diferentes com a atividade turística. De um lado, tem-se Canoa Quebrada, que sofreu um *boom* do turismo com ocupações transformadoras na comunidade e que ocasionou desigualdades socioespaciais, provocando conflitos. De outro lado, tem-se Maracajaú, que se apresenta na fase inicial dos conflitos proveniente da atividade turística.

As duas comunidades viram no turismo uma forma de complementar sua renda e tentam se inserir na atividade. Em Maracajaú, se a inserção e participação da comunidade na atividade turística forem bem planejadas, existe a possibilidade de um desenvolvimento equilibrado para a Vila, sem que haja transformações significativamente negativas para ela. A localidade ainda não tem instalações turísticas de médio e grande porte, portanto, é possível o desenvolvimento da atividade abrangendo os três principais pilares da sustentabilidade nessa região. Em Canoa Quebrada, mesmo com a tentativa de inserção da comunidade, percebe-se uma maior dificuldade em resgatar aspectos fundamentais do destino, pois tanto em termos espaciais como logísticos, a atividade turística já se apropriou de forma significativa da região e já modificou o modo de vida da população residente.

Mesmo que as duas comunidades sejam distintas nas suas atividades, percebe-se um habitual comportamento hegemônico que consiste em explorar regiões por suas atividades turísticas, sem planejamento efetivo para com o restante da região. O turismo, portanto, precisa ser desenvolvido de forma que não se enfoque apenas o lado econômico da atividade para sobrevivência dos destinos, mas também os aspectos sociais e ambientais, promovendo, um desenvolvimento sustentável dentro da atividade turística que possa fortalecer as capacidades, competências e liberdades da comunidade local.

REFERÊNCIAS

Araújo, L. M. & Moura, F. B. P. (2007). A expansão do turismo na zona costeira nordestina: Crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: Coriolano, L. N. M. T. & Vasconcelos, F. P. *O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE.

Azevedo, F. F.; Figueiredo, S. L.; Nóbrega, W. R. M. & Maranhão, C. (2013). Turismo em Foco: Globalização e políticas públicas. In: Azevedo, F. F.; Figueiredo, S. L.; Nóbrega, W. R. M. & Maranhão, C. (Org.). *Turismo em foco*. Belém: NAEA.

Corbin, A. (1989). *O território do vazio*. A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras.

Dantas, S. C. (2003) *Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Diegues, A. C. S. (1994). *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP.

Fonseca, M. A. P. (2005). *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: EDUFRN.

Canclini, N. G. (2007). *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Hall, C. M. (2004). *Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo. Contexto.

Idema - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. Disponível em:

<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=481&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Instituti%E7%E3o>. Acessado em 03 nov 2014.

Lima, I. S. M. & Esmeraldo, L. R. A. (2011). A atividade turística e os conflitos relacionados ao meio ambiente na praia de Canoa Quebrada em Aracati – Ceará. In: Mota, K. C. N. & Aragão, A. R. F. (org.). *Educação tecnológica: teoria e prática do turismo, da hospitalidade e do lazer*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Martins, S. R. O. (2002). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3 (5), pp.51-59.

Mendonça, R. (2001) Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição. In: Lemos, A. & Inês G. (org.). *Turismo: Impactos Socioambientais*. São Paulo: Hucitec.

Moreira, S. B. & Crespo, N. (2012). Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, 36(2); pp.25-50.

Paiva, E. V. de. (1997). *Pensando Maracajaú: uma vila de pescadores*. Monografia. UFRN. Natal. 1997

Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.

Santos, R. J. dos & Arantes, E. M. (2010). Turismo e dinâmica cultural em uma comunidade de pescadores artesanais: o caso do Farol de Santa Marta em Laguna (SC). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. 4 (1), p. 5-23.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, C. B. da; Ferreira, R. G. & Amaral, R. F. do. (2009). Análise da imagem que turistas e comunidade local têm da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - APARC (RN). *Caderno Virtual de Turismo*. 9 (2), pp. 85-102.

Siqueira, F. de S. (2013). *Aracati/CE: Das charqueada ao polo turístico de Canoa Quebrada*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.

Souza, T. C. & Silva, E. V. (2010). Planejamento e gestão ambiental: análise integrada da Praia de Canoa Quebrada em Aracati-CE. *Anais... II Seminário Ibero Americano de Geografia Física*. Universidade de Coimbra

Vidal, J. (2013). Metodologia comparativa e estudo de caso. *Papers do NAEA*, Belém, n. 308, pp. 1-33.

Recebido: 11 jul 2015

Avaliado: set-nov 2015

Aceite: 1 dez 2015